

Título: GRANDES EMPRESAS E DITADURA NO CAMPO: NOVAS PERSPECTIVAS PARA A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL

Código: PF1491-2026

Coordenador (a): MARIA JOSÉ ANDRADE DE SOUZA

Período de Execução: 13/03/2026 a 10/05/2027

Resumo: Uma tendência das políticas de justiça de transição é o foco nas violações de direitos humanos por agentes estatais. Nos últimos anos, no entanto, novas perspectivas têm emergido para ampliar o conceito de justiça de transição, incluindo a análise de violações praticadas por atores não-estatais, como é o caso das empresas. No Brasil, um marco nesse processo foi o reconhecimento, em 2020, pela Volkswagen, de sua responsabilidade nas violações de direitos de trabalhadores durante a ditadura empresarial-militar de 1964-1985. Buscando contribuir para a expansão desse campo de estudos, o foco deste projeto é compreender o papel das grandes empresas nas violações contra as populações do campo naquele período, a partir do estudo de três casos. Além de pouco explorada pela literatura, essa questão é chave para situar a origem de muitos dos conflitos fundiários e trabalhistas que levaram às diversas formas de violência contra as populações do campo. A hipótese é a de que parte significativa das empresas que atuaram no campo participaram das articulações pró-golpe de 1964, dele se beneficiaram economicamente e foram cúmplices e/ou responsáveis diretas por violações de direitos de populações locais que representassem obstáculos a seus negócios. Evidência dessa hipótese são os repetidos relatos e documentos que comprovam a contratação de jagunços para expulsar famílias de áreas de interesse das empresas. Por meio da revisão da literatura, análise documental e história oral, a equipe analisará a atuação de três empresas: as brasileiras Josapar e Cosan e a canadense Brascan (atual Brookfield). Embora essas empresas estivessem presentes em diversas regiões do país, este projeto focará no nordeste paraense, no norte do Mato Grosso, na zona canavieira paulista e litoral sul fluminense, regiões onde essas três empresas, respectivamente, estiveram envolvidas em conflitos com camponeses, assalariados rurais, indígenas e comunidades tradicionais entre a segunda metade dos anos 1970 e a primeira dos anos 1980.